

NOTA EXECUTIVA

05/2024

Uma Breve Análise
da História da Política
de Segurança Pública
em Goiás

Uma Breve Análise da História da Política de Segurança Pública em Goiás

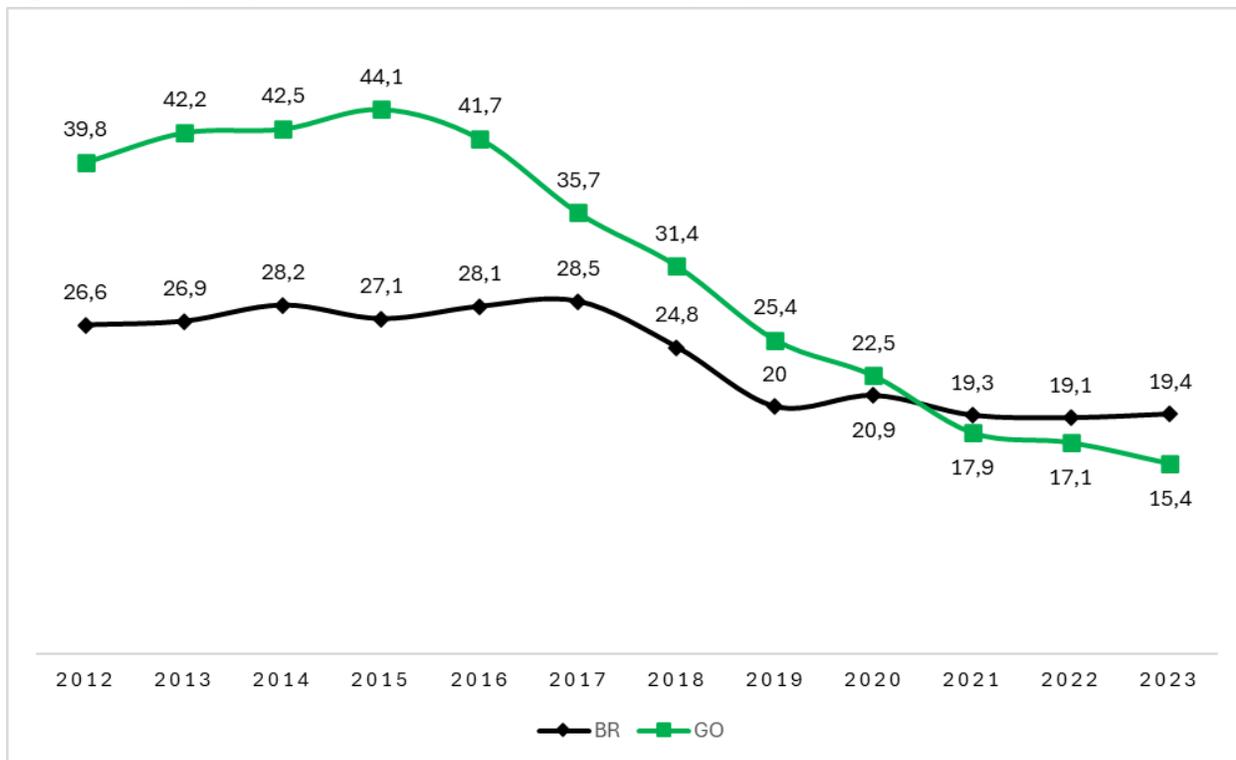
Síntese

- ✓ Em 2015, Goiás registrou 44,1 mortes violentas por cem mil habitantes, posicionando-se como o quinto Estado mais violento do Brasil. Essa taxa era similar à de Honduras, um dos países mais violentos do mundo naquela época;
- ✓ No mais, seis municípios goianos eram listados entre os 100 mais violentos do Brasil; O Estado convivia com mais de 40 roubos de veículos por dia em Goiás. Por mês, cerca de duas instituições financeiras eram assaltadas;
- ✓ Diante disso, foi desenvolvida uma política pública baseada em: (i) o controle das penitenciárias e o isolamento dos líderes de facções criminosas; (ii) a valorização profissional, a melhoria da infraestrutura de segurança; (iii) o estímulo à inteligência policial e; (iv) a criação de batalhões especializados;
- ✓ Dados recentes indicam que, pela primeira vez na história, Goiás passou a apresentar uma taxa de crimes violentos abaixo da média nacional, posicionando-se como o quinto Estado menos violento do Brasil. O número de homicídios caiu mais de 51% entre 2018 e 2023;
- ✓ Mais do que isso, praticamente todos os indicadores de criminalidade passaram a apresentar quedas acentuadas nesse período. O roubo de veículos caiu 92%, a maior queda entre todos os estados. O roubo de cargas diminuiu 92%, um ritmo de redução 11 vezes superior ao dos demais estados brasileiros;
- ✓ Atualmente, nenhum município goiano figura entre os cem mais violentos do Brasil;
- ✓ Dados do indicador do custo Brasil em Goiás informam que a segurança pública goiana foi responsável por uma redução de custos na ordem de R\$ 3,4 bilhões entre 2019 e 2022;
- ✓ Goiás é o Estado brasileiro com a maior redução do custo econômico da violência.

1. Contextualização

Em 2017, o Brasil registrou o pico histórico de 28,5 crimes violentos por cem mil habitantes (Figura 1)¹. Nesse ano, o país passou a ocupar a 12ª posição no ranking internacional dos homicídios, ficando atrás apenas de países com algum conflito armado ou guerra civil. Em termos absolutos, foram identificados cerca de 66 mil homicídios, ou seja, 14% dos assassinatos praticados em todo o mundo em 2017 ocorreram no Brasil.

Figura 1: Comparação da Taxa de Mortes Violentas (MVI) entre Brasil e Goiás



Fonte: Monitor da Violência. Elaboração: IMB/SGG.

Sabe-se que o Brasil vem enfrentando níveis de crime e violência em proporções epidêmicas nas últimas décadas. Em um artigo de 2018, o jornal *The New York Times* classificou as estatísticas de homicídios brasileiras como “macabras” (Darlington, 2018), enquanto organizações internacionais como o Banco Mundial compararam os números da violência no país com os de regiões em situação de guerra civil (*World Bank*, 2018). Ainda no campo da comparação internacional, a *Mexico’s Citizens’ Council for Public Security* listou dezessete cidades brasileiras entre as cinquenta mais violentas do mundo².

¹ Isto é, a soma dos homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

² <https://geoenlace.net/seguridadjusticiaypaz/webpage/index.php>.

No contexto da violência generalizada, o Estado de Goiás assumia uma posição nada honrosa. Sua taxa de crimes violentos se mostrava superior à média nacional, chegando a registrar um pico de 44,1 por cem mil habitantes em 2015 (Figura 1). Para se ter uma noção da sua magnitude, essa taxa é comparável à de Honduras, um dos países mais violentos do mundo naquela época.

Na segunda metade da década de 2010, seis municípios goianos eram listados entre os 100 mais violentos do Brasil (Figura A.7): Alexânia, com uma taxa de homicídios por cem mil habitantes de 103,4, Maurilândia (99,9), Quirinópolis (94,7), Cidade Ocidental (80,5), Novo Gama (80,1) e Luziânia (75,7). Somam-se a esses números as elevadas ocorrências roubos de veículos, 14.473, o que seria equivalente à 40 roubos por dia, e 25 registros de roubos as instituições financeiras.

O pós-2017 é marcado por uma reversão na tendência de crescimento nas taxas de crimes violentos no Brasil. Em Goiás, no entanto, essa reversão é muito mais acentuada, revertendo a posição de Estado com taxa de crimes violentos acima da média nacional, para um Estado com taxa de crimes violentos abaixo da média nacional a partir de 2020.

Entre os municípios goianos que figuravam entre as 100 cidades mais violentas do Brasil, todos reduziram a taxa de homicídios em pelo menos 50%. Alexânia apresentou a maior queda, com uma redução de 85,7% entre 2015 e 2022. Cidade Ocidental, Maurilândia e Novo Gama registraram quedas de 71,6%, 70,8% e 62,7%, respectivamente, no mesmo período. Quirinópolis e Luziânia também tiveram reduções expressivas, de 54,2% e 50,1%, respectivamente.

Mais do que isso, praticamente todos os indicadores de criminalidade, sejam eles de crime de maior ou menor gravidade, passam a registrar quedas acentuadas. No período de 2018 a 2023 houve uma diminuição significativa na incidência de mortes violentas, registrando uma redução de 51%. Além disso, destaca-se a redução de 92,4% na taxa de roubo de veículos, posicionando o Estado como líder nacional nesse declínio. De maneira similar, registrou-se uma queda substancial de 92,3% nos casos de roubo de carga. Tais melhorias na segurança do Estado refletem-se no ranking de cidades mais violentas do Brasil, onde nenhum município goiano está entre as 100 primeiras em 2022.

Após esta contextualização, o restante da nota é organizado da seguinte forma: a Seção 2 as principais ações do Estado de Goiás; a seção 3 apresenta uma análise dos principais indicadores de segurança pública de Goiás. A Seção 4 descreve as despesas com segurança pública, bem como a participação da contribuição dos recursos federais às Unidades Federativas. A Seção 5 fornece evidências sobre o custo da violência. Finalmente, a Seção 6 conclui.

2. Ações do Estado de Goiás

Nesse período, o Estado contou com diversas ações³ com o objetivo de promover uma melhor segurança pública. Em um primeiro momento, pode-se observar a valorização do profissional de segurança, através de mudanças na carreira e realização de concursos. Paralelamente, houve um esforço significativo para capacitar os agentes por meio de cursos especializados. Outra fonte importante de programas com potencial de melhoria da segurança foram a criação de grupos especializados em crimes rurais, cibernéticos, de violência doméstica e raciais, promovendo inclusão dentro da instituição. Além disso, também se observa maiores níveis investimento em inteligência e criação de alternativas que torne a atuação policial mais eficiente. Por fim, realização de investimentos em infraestrutura através da criação de novas unidades prisionais e reformas de batalhões. Para além disso, políticas que promovem maior adesão dos jovens à escola, como é o caso do Bolsa Estudo, também podem gerar efeitos positivos na segurança.

Figura 2 – Linha do Tempo das Principais Ações de Segurança Pública em Goiás



Elaboração: IMB/SGG.

Em termos orçamentários, o Estado de Goiás, em comparação com os demais entes federados, apresentou a maior redução de gastos com segurança pública, cerca de 10,3%. Os gastos⁴ passaram de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões em 2019 para cerca de R\$ 3,8 bilhões em 2022 em termos reais, resultando em uma redução de quase 0,5 bilhão de reais. Nesse sentido, observa-se ainda um aumento de eficiência do Estado, onde computa uma economia de recursos aliado a redução significativas na incidência de crimes.

³ Para maior detalhamento das ações, consulte as Tabelas A.11-A.14.

⁴ Consideramos apenas as despesas pagas. Mais detalhes sobre a definição de despesas pagas podem ser vistas no seguinte endereço: <https://www.transparencia.al.ms.gov.br/pages/index.php/content/o-que-e-empenhado-liquidado-e-pago-na-execucao-orcamentaria>.

Quando se analisa a participação média do repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública no dispêndio total de Goiás, observa-se que foi inferior a 1% entre 2019 e 2023, sugerindo que a razão do ganho de eficiência da segurança pública é proveniente, em grande medida, dos esforços estaduais. Finalmente, a participação de recursos federais destinados a obras e/ou reformas reduziu entre 2022 e 2023, de 16,2% para 13,7%.

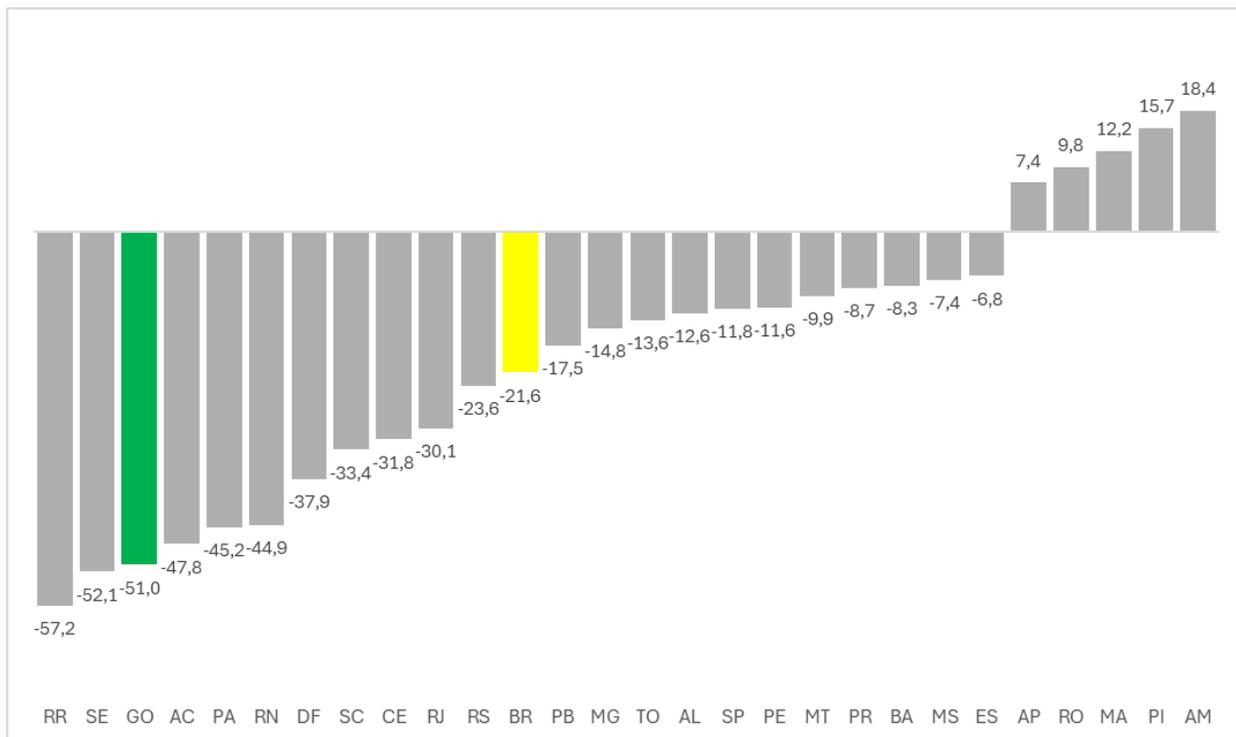
Em suma, as medidas adotadas pelo Estado de Goiás demonstraram-se eficazes na promoção da segurança pública, combinando valorização e capacitação dos profissionais de segurança, investimentos em inteligência e infraestrutura, e a criação de programas sociais preventivos. A redução de gastos com segurança, aliada a uma significativa diminuição nos índices de criminalidade, indicam um aumento da eficiência na gestão dos recursos estaduais. Apesar da diminuição dos repasses federais, Goiás conseguiu alcançar melhorias substanciais em seu sistema de segurança pública, destacando a importância das iniciativas estaduais na construção de um ambiente mais seguro para seus cidadãos.

3. Análise dos principais indicadores de Segurança Pública de Goiás

Nesta seção⁵, apresentamos os principais indicadores de Segurança Pública do Estado de Goiás em comparação com as demais Unidades Federativas. A Figura 3 mostra a variação na Taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) por 100 mil habitantes entre 2018 e 2023. Goiás se destaca com a terceira maior redução na taxa de MVI, registrando uma diminuição de aproximadamente 51%, quase duas vezes superior à redução nacional, que declinou 21,6%.

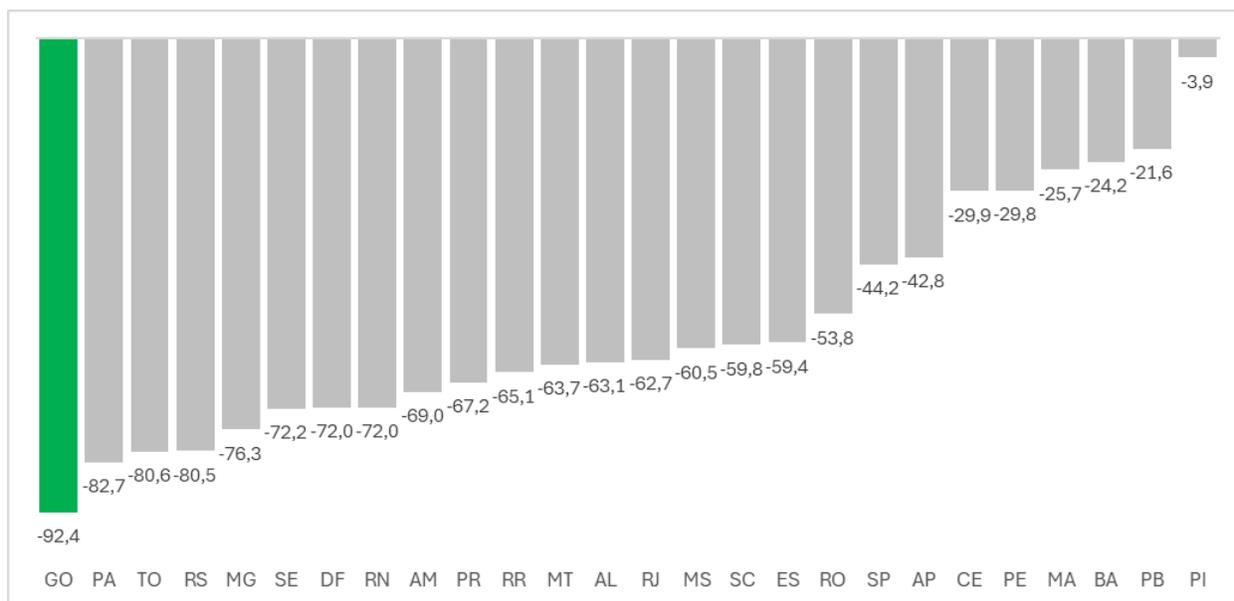
⁵ Aqui expomos apenas os principais indicadores. Em anexo, na Figura A.1, estão disponíveis as informações para outros tipos de crime. Além disso, na Tabela A.2, contém as principais atividades policiais.

Figura 3: Variação na Taxa de Mortes Violentas Intencionais (100 mil habitantes) (MVI) - (2018-2023)



Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG

Conforme mostrado na Figura 1, isso representa uma redução de 31,4 MVI para 15,4, aproximando Goiás das taxas de São Paulo, que em 2023 alcançou 6,7 MVI por 100 mil habitantes. Roraima e Sergipe lideram com as maiores reduções, de 57,2% e 52,1%, ocupando o primeiro e o segundo lugar, respectivamente. Em contrapartida, os estados de Rondônia, Maranhão, Piauí e Amazonas apresentam um aumento na taxa de MVI, especialmente o Amazonas, que observa uma variação de 18,4%.

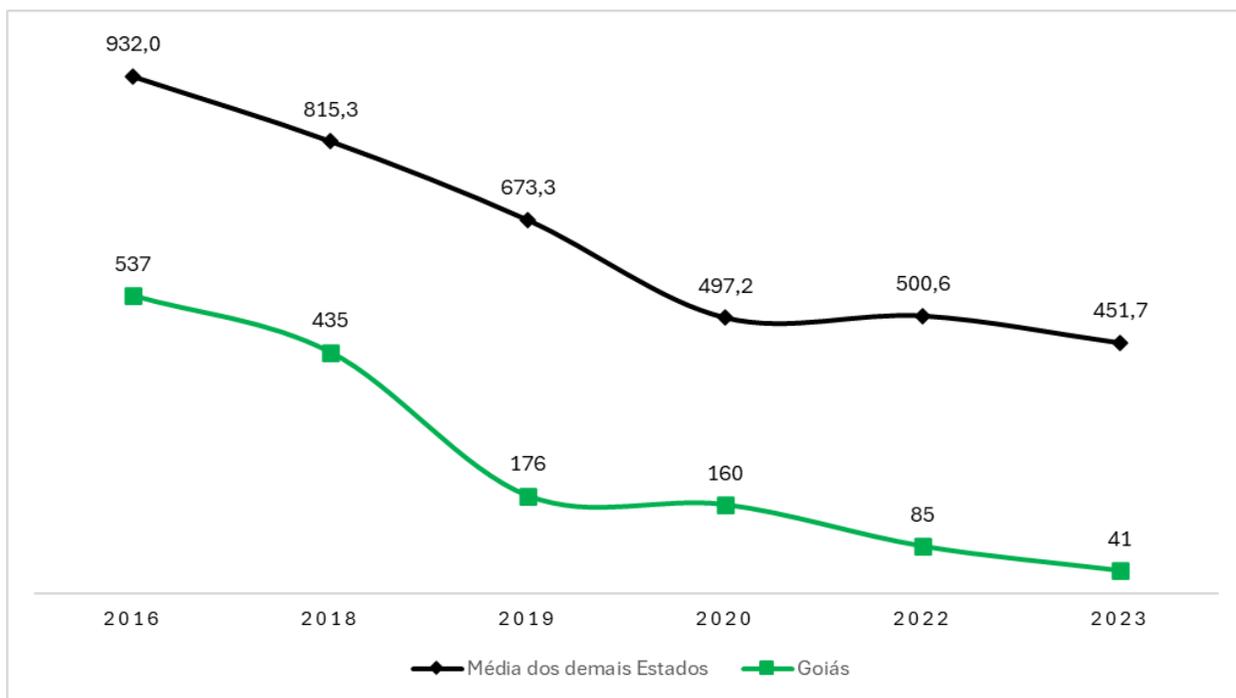
Figura 4: Variação na Taxa de Roubo de Veículos (100 mil veículos) por UF (2018-2023)

Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG

Analisando a Figura 4, observamos que Goiás lidera o ranking de redução na Taxa de Roubo de Veículos (por 100 mil veículos), com uma diminuição de aproximadamente 92,4%. Isso corresponde a uma mudança de cerca de 261 em 2018 para menos de 20 da taxa de veículos roubados em 2023 (por 100 mil veículos). Estados como Pará, Tocantins e Rio Grande do Sul também registraram reduções significativas, superiores a 80%.

Uma consequência direta desse declínio reflete na redução dos gastos com sinistros⁶. Comparando Brasil e Goiás entre 2018 e 2022, o Estado reduziu seu gasto com sinistros de 0,25% para 0,24% do PIB, enquanto o dispêndio nacional aumentou de 0,25% para 0,27% do PIB. Em valores, isso implica uma economia de R\$ 33 milhões para a população de Goiás no período referenciado.

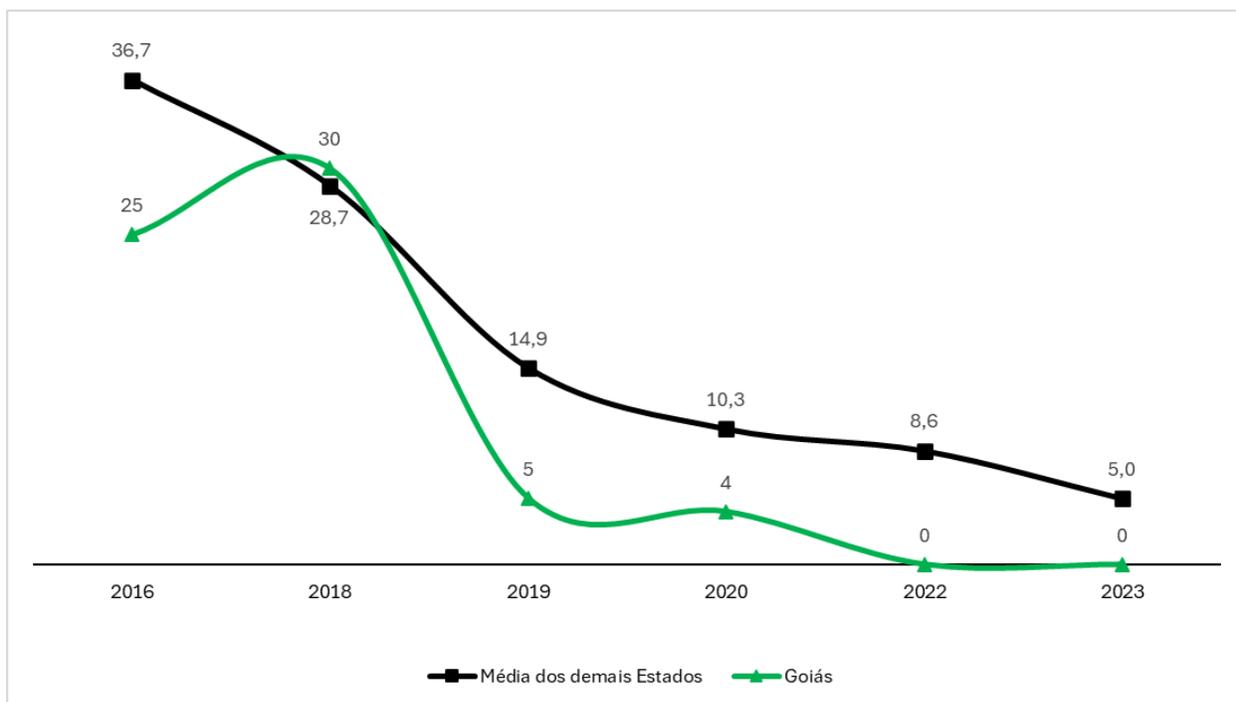
⁶ Corresponde à roubo, proteção veicular e residencial.

Figura 5: Trajetória do Roubo de Carga

Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG.

De forma análoga, também houve uma redução considerável no roubo de carga no Estado de Goiás. Conforme a Figura 5, embora a trajetória de Goiás tenha sempre se mantido abaixo da média dos demais entes federados, em 2018 foram registradas 435 ocorrências, quase metade da média dos outros estados. A partir de 2019, esses registros declinaram substancialmente, alcançando 41 ocorrências em 2023, enquanto a média dos demais estados, mesmo reduzindo, foi de aproximadamente 452 registros no mesmo período. Em termos relativos, Goiás reduziu 92,3% do roubo de cargas, enquanto a média das outras unidades federativas reduziu 51,6%.

Ainda nesse contexto, analisando a Figura 6, que apresenta a trajetória de roubos a instituições financeiras, evidencia-se que em 2018 Goiás foram registradas 30 ocorrências, um número superior à média das demais unidades federativas. Similar às duas evidências anteriores, em 2019 essas ocorrências reduziram para 5, ficando abaixo da média dos outros estados (quase 3 vezes menor). A partir de 2022, os dados sugerem que não houve registros de roubos a instituições financeiras no referido estado.

Figura 6: Trajetória do Roubo à Instituição Financeira

Fonte: Sinesp. Elaboração: SGG/IMB.

Em conjunto, esses resultados indicam que o Estado de Goiás tem implementado políticas eficazes no combate à criminalidade em diversas dimensões, conforme detalhado na Figura 3. As reduções nos principais indicadores, como a taxa de mortes violentas intencionais, os roubos de veículos, os roubos de carga e os roubos a instituições financeiras, evidenciam um esforço coordenado para aprimorar a segurança pública no Estado. Essas políticas não apenas reduziram significativamente os índices de criminalidade, mas também contribuíram para uma maior sensação de segurança entre os cidadãos e geraram uma economia relevante em termos de gastos públicos. Além disso, a criação de um ambiente de negócios mais seguro tem promovido o desenvolvimento econômico e atraído investimentos para o Estado.

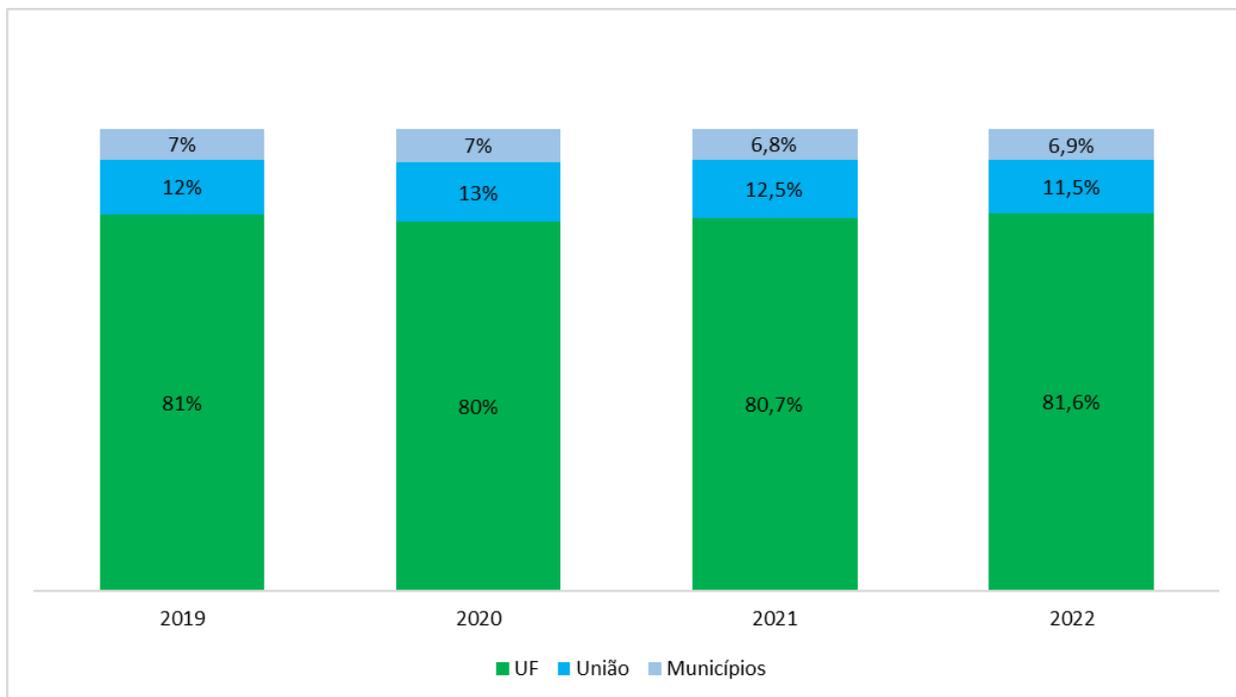
4. Análise das Despesas de Segurança Pública em Goiás

As despesas com segurança pública são onerosas, especialmente para os estados do Brasil. Desse modo, a aplicação assertiva dos recursos é imprescindível diante da existência de restrições orçamentárias. Diante disso, a Figura 7 apresenta a evolução das despesas com a função segurança pública para os entes federativos entre 2019 e 2022.

Conforme observado, os estados realizam os maiores esforços orçamentários em comparação com a União e os Municípios, representando em média cerca de 81% do total entre 2019 e 2022. Em termos absolutos, isso equivale a quase R\$ 95 bilhões de um total médio de R\$ 117 bilhões, um valor quase sete vezes maior do que os dispêndios da União e quase 11 vezes

maior do que os gastos municipais. Portanto, isso sugere que os estados possuem uma participação mais relevante na atuação da segurança pública.

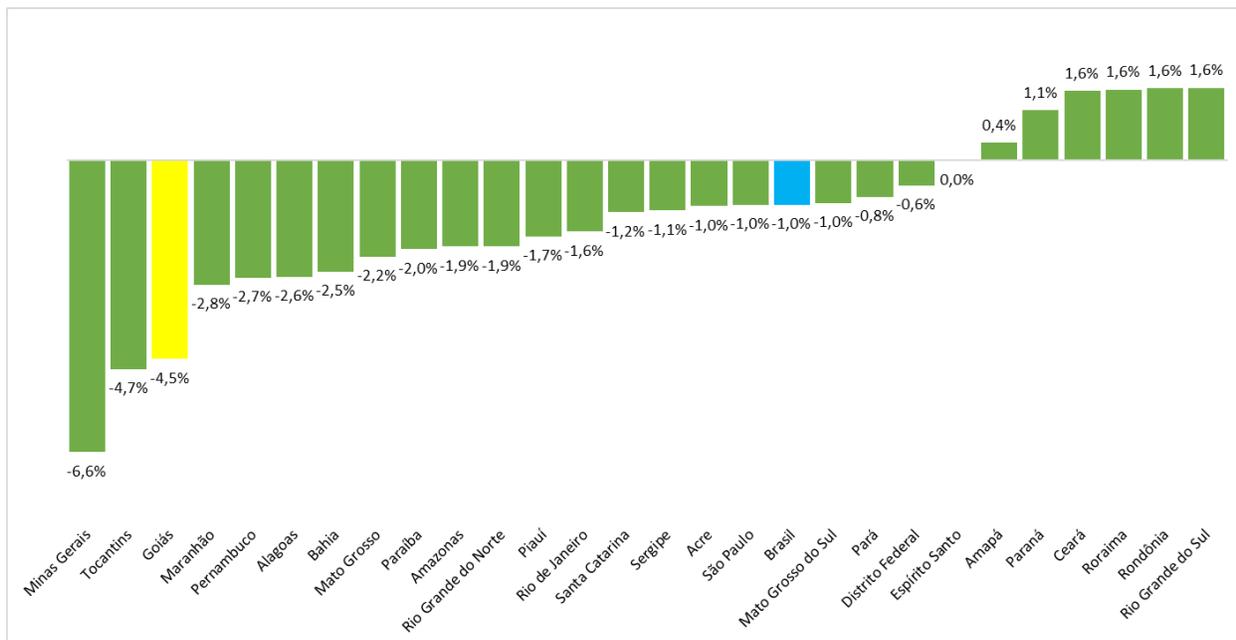
Figura 7: Percentual de dispêndio total com Segurança Pública



Fonte: FBSP (2024).

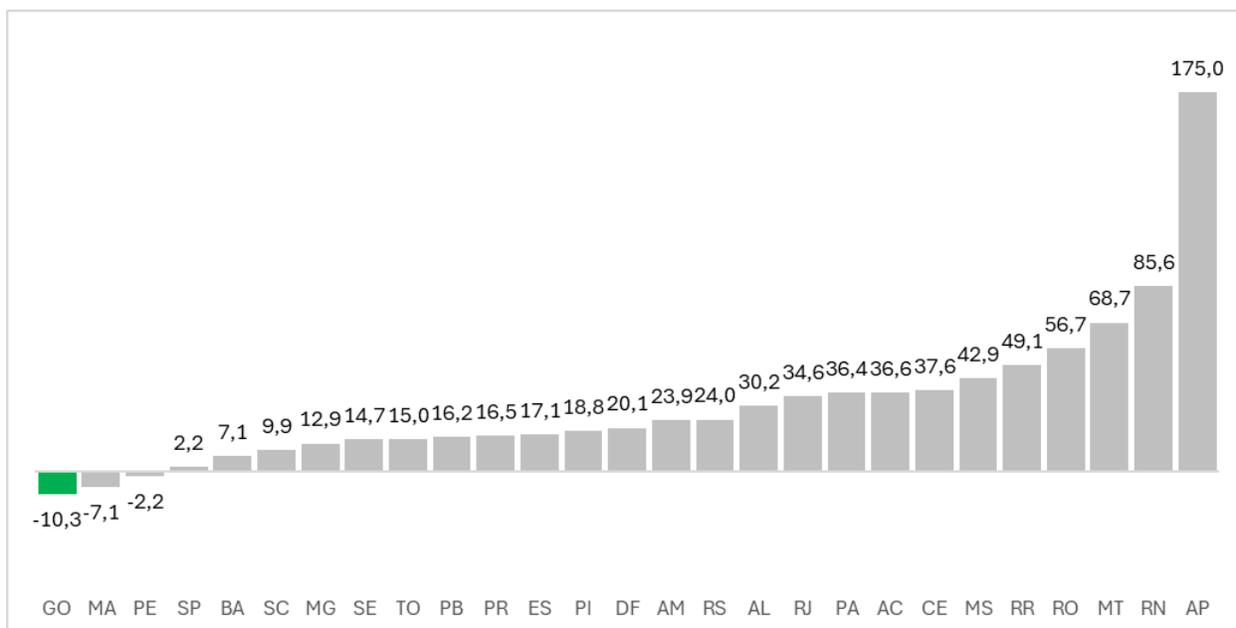
Ao avaliar a variação das despesas com a função segurança pública em relação à despesa total dos estados e da União, conforme apresentado na Figura 8, observa-se que Goiás apresenta a terceira maior redução nas despesas com segurança pública em relação ao total. Em 2019, 13,6% da despesa total de Goiás era destinada à segurança pública, posicionando-o como o terceiro Estado que mais gastava nessa área. No entanto, em 2022, esse dispêndio foi reduzido para 9,1%, representando uma redução de 4,5 pontos percentuais (p.p.). No mesmo período, o Brasil apresentou uma redução de 1 ponto percentual (p.p.), com a parcela destinada à segurança pública diminuindo de 0,5% em 2019 para 0,4% em 2022.

Figura 8: Variação na despesa das Unidades Federativas com segurança pública em relação à despesa total (2019-2022)



Fonte: FBSP. Elaboração: IMB/SGG.

Analisando-se a Figura 9, podemos observar variações específicas nas despesas dos estados com segurança pública entre 2019 e 2023 em termos de reais. Goiás, em particular, apresenta a maior redução em termos reais de gastos relacionados à segurança pública, aproximadamente 10,3%. Em valores monetários, isso implica uma economia de quase R\$ 0,5 bilhão de reais. Com exceção do Maranhão e Pernambuco, os demais estados apresentaram aumentos reais nas despesas com segurança.

Figura 9: Variação nos Gastos Estaduais com Segurança Pública (2019-2023)

Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG.

Portanto, os dados apresentados sinalizam dois aspectos relevantes: primeiro, a maior parte do combate à criminalidade é realizada pelos estados, com a participação da União sendo relevante, mas não predominante. Segundo, o Estado de Goiás apresentou uma redução nas despesas com segurança pública, o que sugere uma alocação eficiente dos recursos em políticas eficazes.

4.1 Análise da participação dos recursos federais no gasto estadual de Segurança Pública de Goiás

Sabemos que, além dos recursos próprios, os estados do Brasil recebem repasses federais do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)⁷, do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)⁸,

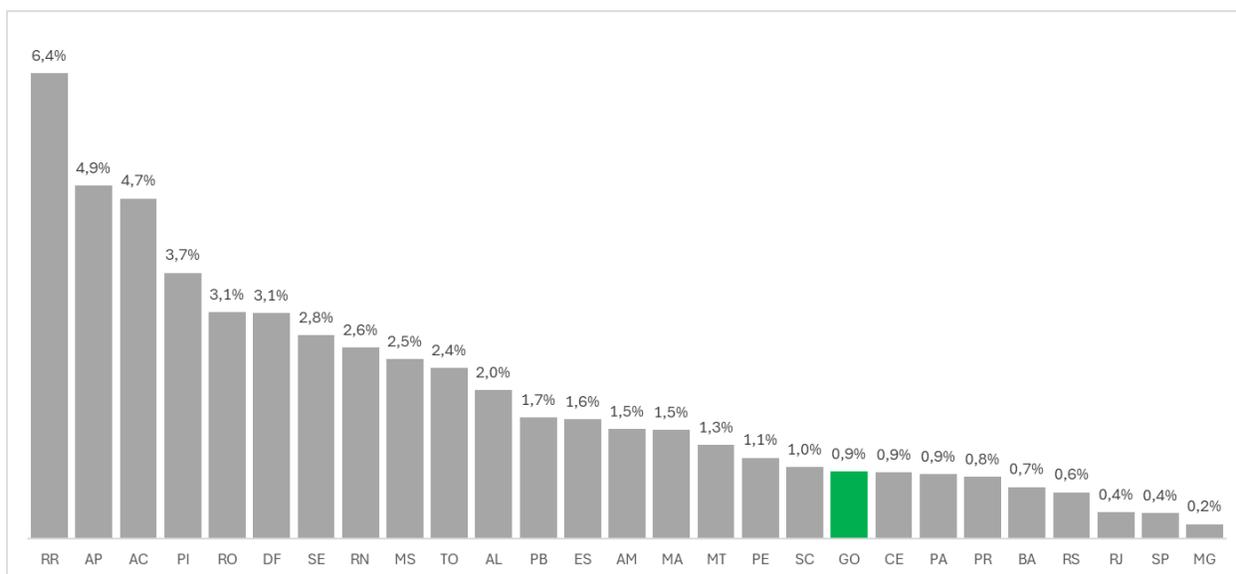
⁷ Os recursos são provenientes das receitas oriundas da exploração de loterias. Os repasses estão condicionados à existência de um plano de segurança e de aplicação dos recursos, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Além disso, é necessário um conjunto de critérios para a promoção e progressão funcional de peritos, policiais civis e militares, e integrantes dos corpos de bombeiros militares, bem como a integração aos sistemas nacionais e o fornecimento e atualização de dados de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública. Também deve ser observado o cumprimento de um percentual máximo de profissionais de segurança atuando fora das corporações e o desenvolvimento e implantação de planos estaduais e distritais de combate à violência contra a mulher.

⁸ Entre 2019 e 2023, os recursos repassados pelo FUNPEN representaram, em média, apenas 0,8% do total. Para detalhes sobre a composição do FUNPEN, consulte a Figura A.4.

recursos do governo federal destinados à segurança pública para ações finalísticas e obras (ou reformas)⁹, e emendas parlamentares estaduais¹⁰.

A Figura 10 mostra a participação média do repasse federal relativo ao FNSP sobre o gasto estadual com segurança pública entre 2019 e 2023. Conforme pode-se observar, o repasse do fundo corresponde, no máximo, a 6,42% do esforço de dispêndio estadual, como visto em Roraima. No caso de Goiás, o percentual é ainda menor, representando menos de 1%. Minas Gerais e São Paulo apresentam as menores participações ainda menores.

Figura 10: Participação média do repasse federal do Fundo de Segurança Pública sobre o Gasto Estadual por UF (2019-2023)



Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG.

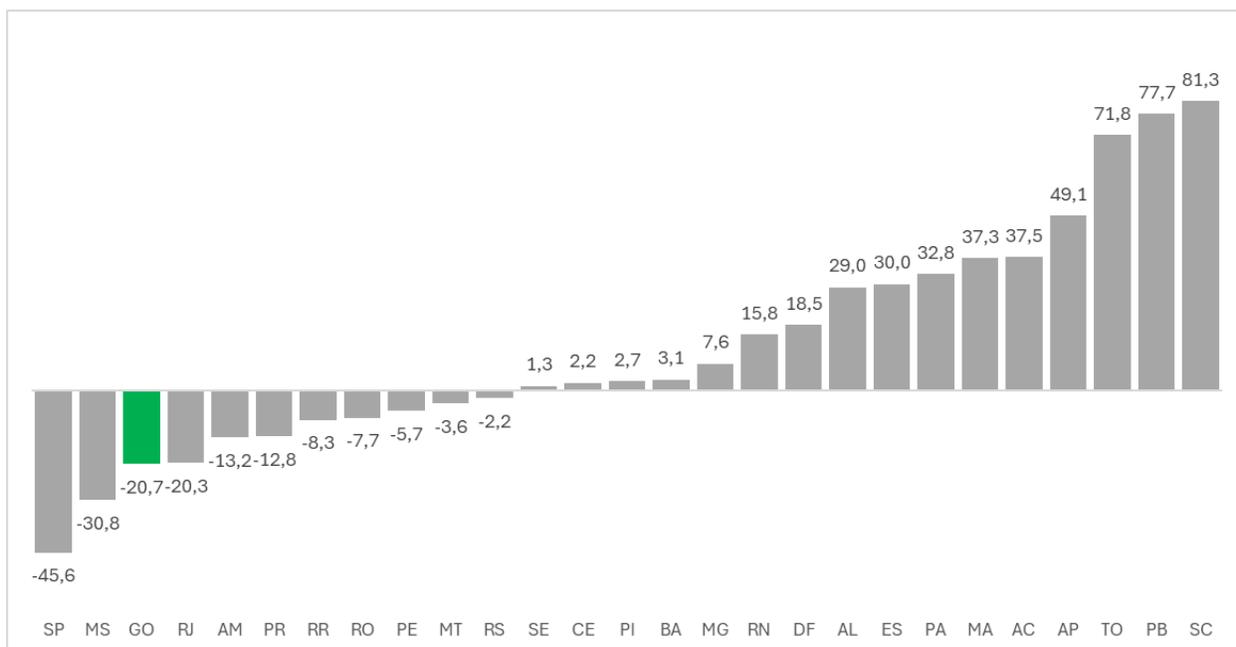
A Figura 11 apresenta a variação nos repasses do FNSP por Estado entre 2019 e 2023. São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio de Janeiro registraram as maiores reduções em termos reais. São Paulo apresentou a maior redução, de 45,56%, seguido por Mato Grosso do Sul, com uma diminuição de aproximadamente 30,8%. Goiás e Rio de Janeiro também tiveram reduções significativas, de 20,68% e 20,31%, respectivamente. Em números absolutos, Goiás teve uma redução real de aproximadamente 9,2 milhões de reais no repasse do fundo. Um dos fatores que podem justificar essa queda é a redução dos índices de violência, considerando que o rateio¹¹ do fundo prevê maior porção para estados com maiores índices de criminalidade ou (menores reduções), entre outros elementos.

⁹ Esses repasses são oriundos de convênios ou recursos Fundo a Fundo. A Figura A.3, em anexo, detalha essa composição.

¹⁰ Entre 2021 e 2023, as emendas parlamentares representaram apenas 0,9% em média.

¹¹ Os critérios de rateio estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/transferecia-fundo-a-fundo/faq-perguntas-e-respostas>.

Figura 11: Variação no repasse do Fundo de Segurança Pública por UF (2019-2023)

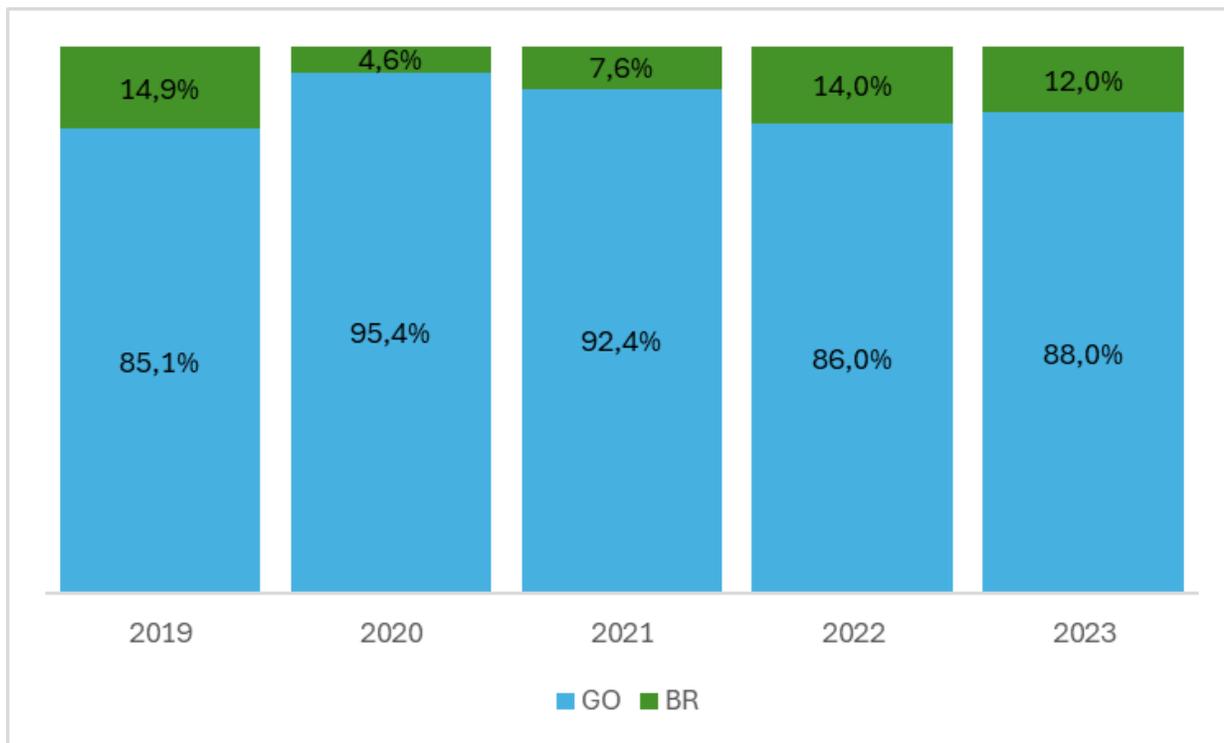


Fonte: Sinesp. Elaboração: IMB/SGG.

Quando consideramos a participação dos repasses de outros recursos federais¹² destinados para ações finalística e obras (ou reformas) nos gastos estaduais de Goiás, a Figura 11 revela uma tendência de crescimento, alcançando 14% em 2022, seguida por uma redução para 12,0% em 2023. Mesmo com essa variação, é evidente que o Estado de Goiás continua a suportar a maior parte do esforço orçamentário.

¹² Esses repasses são originados de convênios, fundos, etc. Para ver detalhes da composição por fonte consulte a Figura A.3, disposta em anexo.

Figura 11: Participação de recursos federais destinados às ações finalísticas e obras (ou reformas de Goiás



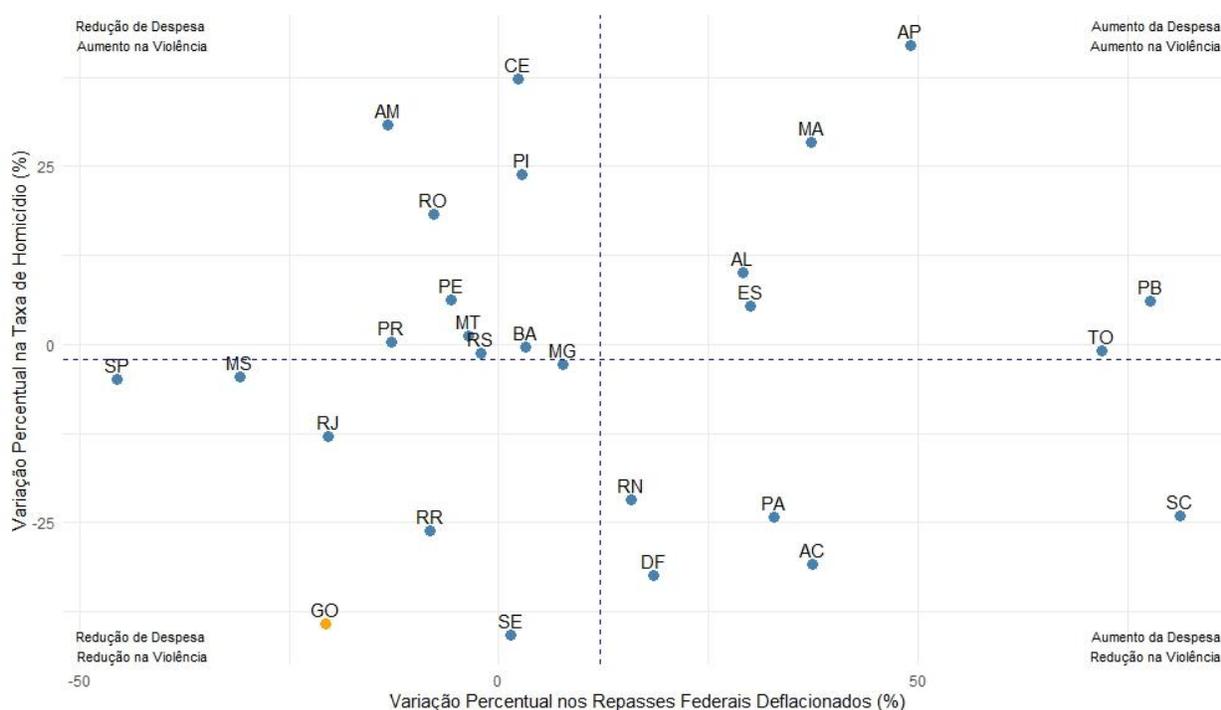
Fonte: SSP. Elaboração: IMB/SGG.

4.2 Análise da relação entre gastos com segurança pública e taxas de crimes violentos

Como discutido anteriormente, uma vez que os estados são os principais responsáveis pelo combate à criminalidade, é crucial que a destinação dos recursos seja acompanhada pelo desenvolvimento de políticas eficazes.

A Figura 8 confronta as variações nos repasses federais do originadas do FNSP com as variações na taxa de mortes violentas. Os quadrantes indicam o contexto em que cada Estado está inserido em termos de variação.

Figura 8: Variação nos repasses federais do fundo FNSP vs Variação na Taxa de Mortes Violentas (2019-2023)



Fonte: SSP. Elaboração: IMB/SGG.

O primeiro quadrante (superior esquerdo) indica estados que reduziram suas despesas e tiveram um aumento nas taxas de crimes violentos. O segundo quadrante (superior direito) representa estados que aumentaram suas despesas e registraram um aumento nas taxas de crimes violentos. O terceiro quadrante (inferior esquerdo) mostra estados que reduziram suas despesas e, ao mesmo tempo, diminuíram as taxas de crimes violentos. Finalmente, o quarto quadrante (inferior direito) destaca estados que aumentaram suas despesas e conseguiram reduzir as taxas de crimes violentos. Os eixos correspondem às médias de suas respectivas variações.

Conforme observado, Goiás encontra-se no quarto quadrante, indicando que, mesmo com a diminuição dos repasses federais do fundo, o Estado reduziu substancialmente a taxa de crimes violentos. Em contrapartida, estados como Amapá, Alagoas e Maranhão receberam mais repasses do que a média e, ainda assim, experimentaram um aumento na taxa de crimes violentos, posicionando-se no segundo quadrante. Isso é um potencial indicativo de que os repasses do fundo são relevantes, mas não suficientes para combater de modo eficiente a criminalidade.

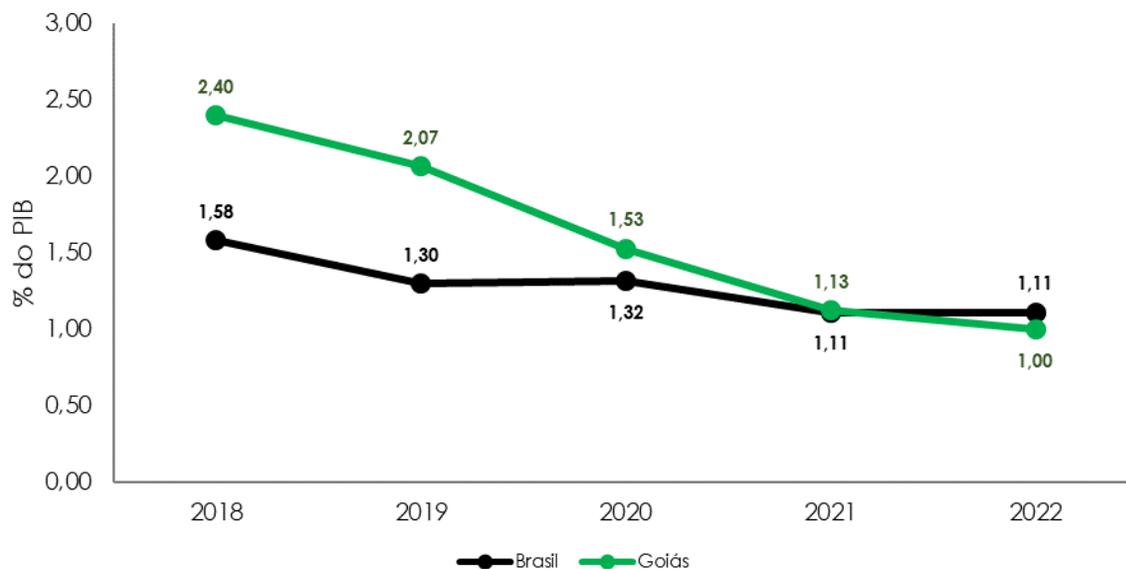
5. Custo Brasil - Violência

A literatura estabelece que o custo da violência pode ser separado em três grandes blocos. Um deles é o gasto público para conter a violência, como policiamento, propaganda, prisões e outros. Outro item é o gasto privado com segurança, entendido com gastos de famílias ou empresas em câmeras de segurança, segurança privada, seguros e outros, e por fim, há um item de custo que se refere ao custo social da violência, que compreende todo o gasto com saúde, produtividade perdida, e perda de bem-estar social (Cerqueira *et al.*, 2007). No Brasil, o Anuário de Segurança Pública estima que o gasto tangível da violência, isto é, os gastos com segurança pública e os gastos privados somam 3,1% do PIB, correspondendo a aproximadamente R\$ 193 bilhões a valores de 2016 (FBSP, 2017).

Maiores custos associados à violência no Brasil refletem, sobretudo, uma perda de bem-estar dos residentes. Regiões mais seguras desestimulam comportamentos de defesa, como gastos com seguros e outros, sugerindo que os recursos podem ser direcionados para outros setores que promovam maior satisfação para as pessoas.

Analisando o setor de segurança do Custo-Brasil para Goiás, nota-se que as expressivas melhorias ao longo dos anos são traduzidas em redução de custos da violência, e conseqüentemente, melhoria do bem-estar dos goianos. Em 2018, o custo da violência em Goiás era de 2,4% do PIB, já em 2022, esse percentual era de 1%, representando uma redução de 1,4 pontos percentuais (p.p.). No mesmo período, o Brasil reduziu 0,47 pontos percentuais do custo com relação ao PIB (Figura 12).

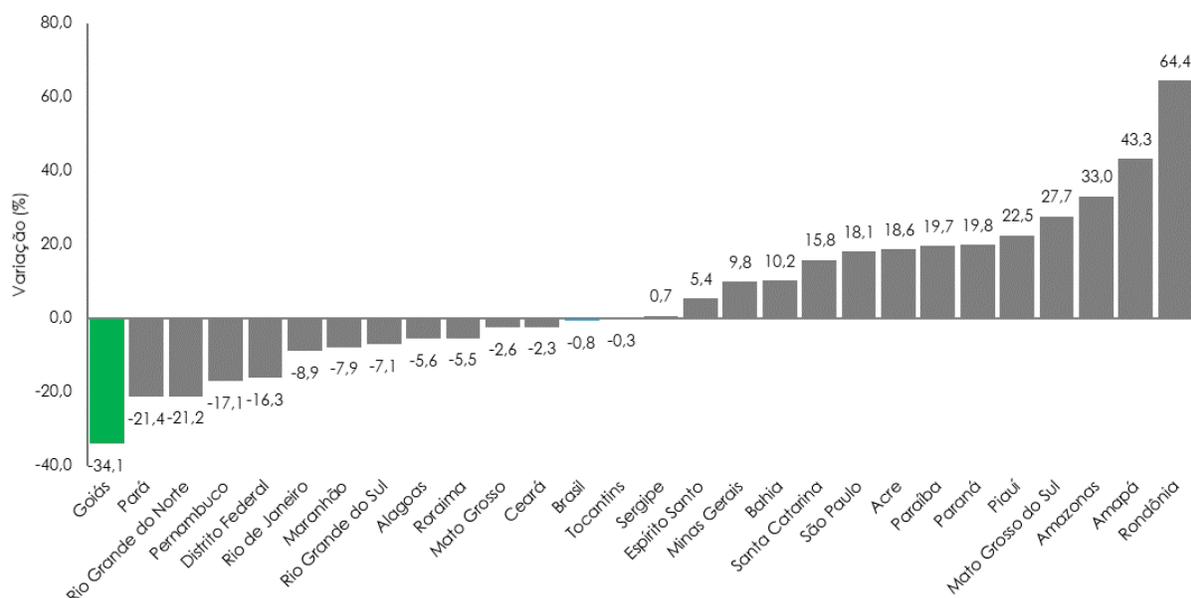
Figura 12 – Custo com Violência do Custo Brasil para Brasil e Goiás



Fonte: IMB (2024). Elaboração: IMB/SGG.

Fundamentalmente, a filosofia do Custo Brasil é calcular o custo em uma localidade com referência a um benchmark, comumente sendo utilizado a OCDE. O Instituto Mauro Borges sugere uma alternativa desse custo para entes subnacionais a partir de comparações entre estados e a própria OCDE (IMB, 2024). Em 2022, a parte de segurança do Custo-Brasil de Goiás representava R\$ 3,09 bilhões, ante 2018, onde o custo era de R\$ 4,70 bilhões, computando uma redução de 34,1%, a maior redução do Brasil (Figura 13).

Figura 13 – Variação Percentual entre 2018 e 2022 do grupo de Segurança do Custo Brasil por Estado



Fonte: IMB (2024). Elaboração: IMB/SGG.

O custo da violência pode ser decomposto em três fatores, sendo o custo da segurança pública, o custo privado da segurança, e o custo de salários perdidos em função da violência, também entendido como produtividade perdida. Para o ano de 2022, o custo da segurança pública em Goiás é zero, que implica que o atual gasto com segurança pública, como proporção do PIB, atinge o mesmo nível da OCDE. Por outro lado, o custo privado com segurança, que representa o gasto com empresas privadas de segurança e gastos com seguros somam R\$ 1,72 bilhões, enquanto a produtividade perdida no Estado em função da violência em 2022 foi de R\$ 1,37 bilhões em Goiás.

Em comparação com 2018, houve uma redução de 55,7% do custo real associado à produtividade perdida em Goiás, sendo o Estado com a quinta maior queda. Do lado do custo da segurança pública, Goiás é o Estado com a maior redução relativa entre 2018 e 2022, reduzindo 100% do custo. Além disso, de todos os estados que possuíam esse custo maior que zero em 2018, Goiás foi o único que conseguiu zerar em 2022. Para os custos associados à segurança

privada, Goiás reduziu em 3,8% no mesmo período. Os gráficos mostrando as respectivas variações podem ser observadas em anexo.

6. Conclusão

Esta nota apresenta os principais destaques do Estado de Goiás em relação à trajetória da segurança pública. As evidências sugerem que Goiás tem sido eficaz no combate à criminalidade, com resultados positivos refletidos nos indicadores de criminalidade. Essa eficácia resulta, dentre outras coisas, em um ambiente de negócios mais favorável e uma maior sensação de segurança para a população.

Entre os pontos citados, destacam-se a significativa redução nas taxas de crimes e a implementação de políticas estratégicas que otimizam os recursos disponíveis. Além disso, observamos que, embora os recursos federais sejam relevantes, sua contribuição é limitada, incumbindo ao Estado a maior parte do esforço orçamentário. De forma geral, essas melhorias não apenas beneficiam os residentes, mas também atraem investimentos, promovendo o desenvolvimento econômico do Estado.

Referências

CERQUEIRA, D.; CARVALHO, A. X.; LOBÃO, W. J.; RODRIGUES, R. I. et al. **Análise dos custos e consequências da violência no Brasil**. [S.l.]: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.

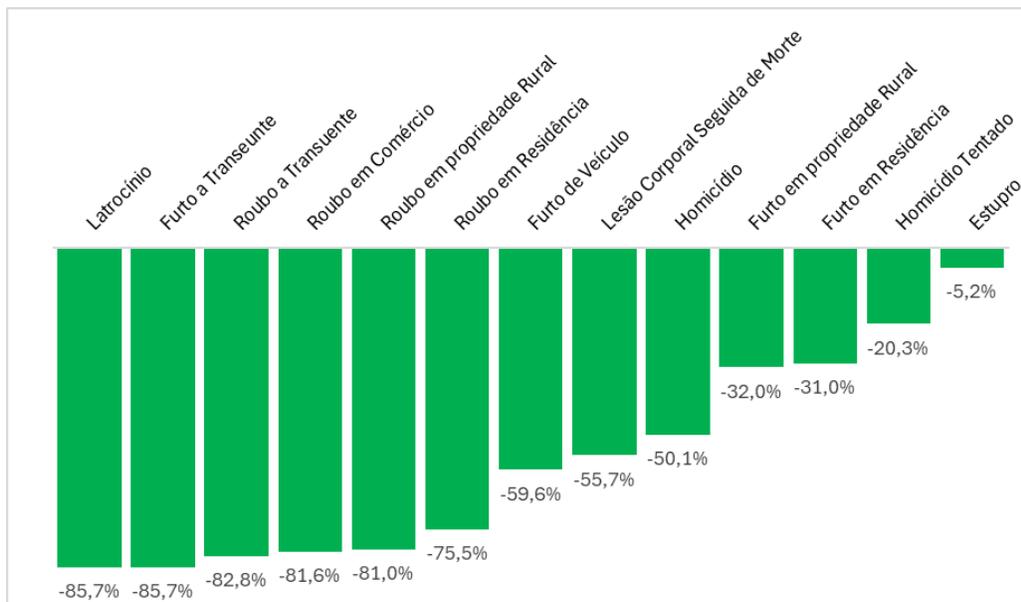
FBSP. **Anuário de Segurança Pública**. FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FBSP. **Anuário de Segurança Pública**. FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

IMB. **Uma Proposta de Mensuração do Custo-Brasil para Ente Subnacional**. IMB – Instituto Mauro Borges, 2024.

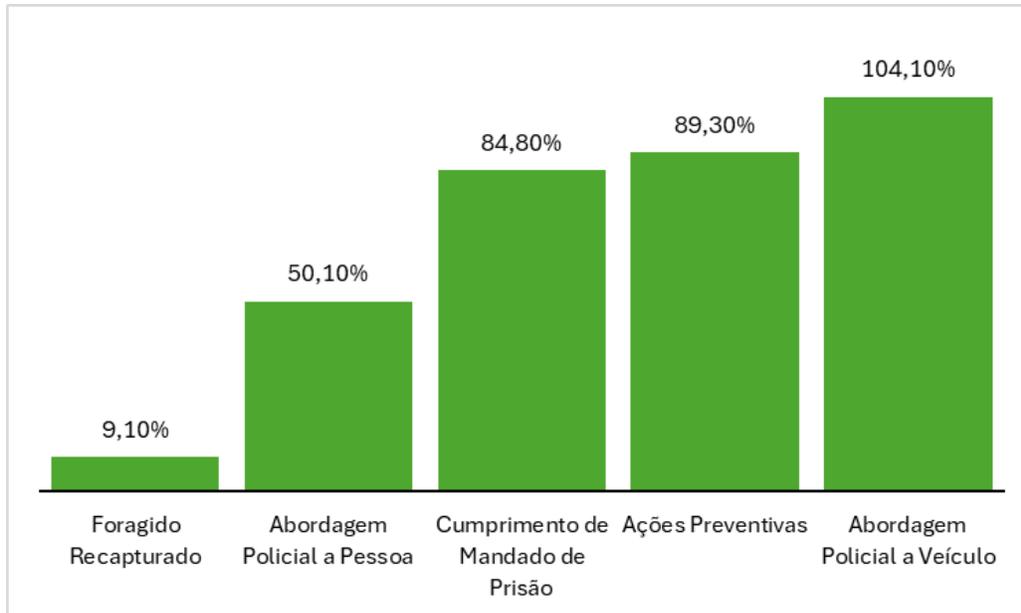
ANEXOS

Figura A.1: Variação no número de ocorrências para outros tipos de crime entre 2018 e 2023



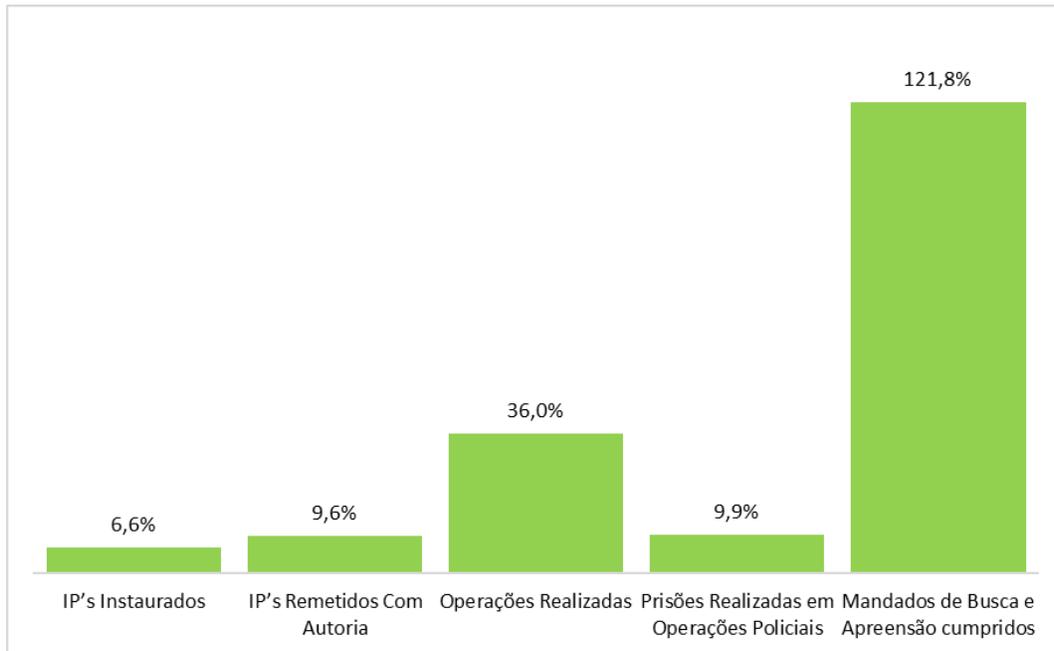
Fonte: SSP/PMGO. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.2: Variação na atividade (em números absolutos) da Polícia Militar entre 2018 e 2023



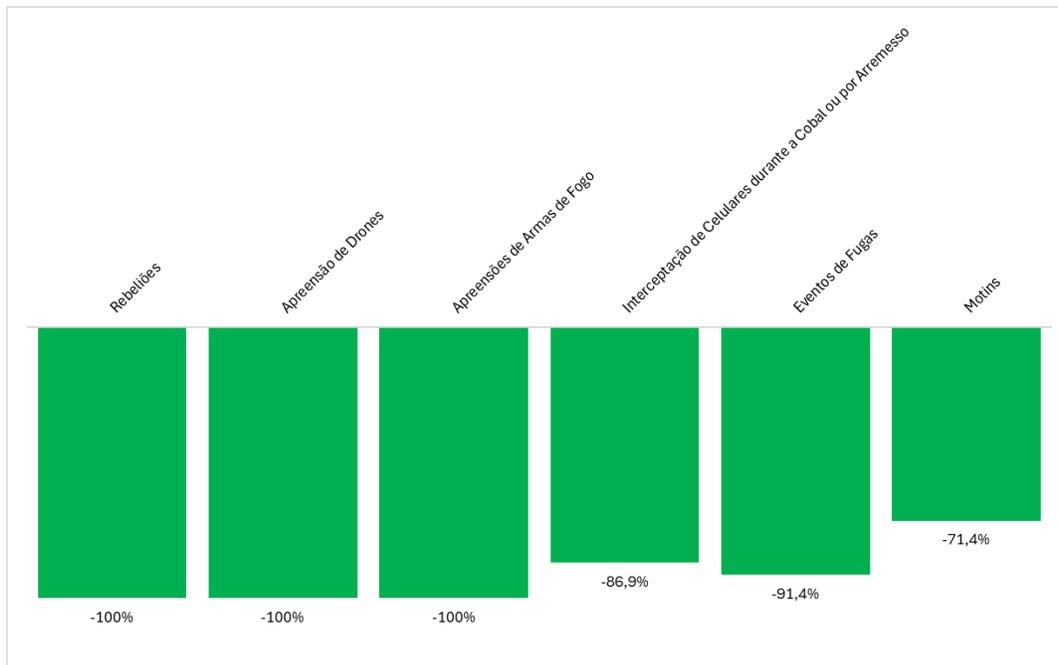
Fonte: SSP/PMGO Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.3: Variação na atividade (em números absolutos) da Polícia Civil entre 2019 e 2023



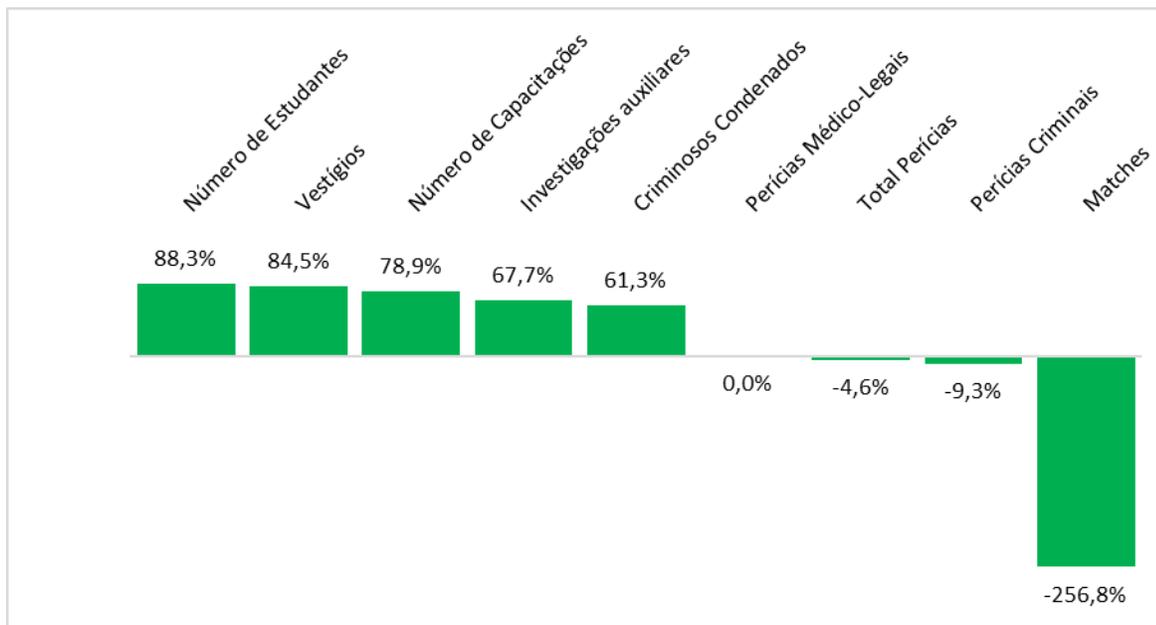
Fonte: Polícia Civil. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.4: Variação na Atividade (em números absolutos) da Polícia Penal entre 2018 e 2023



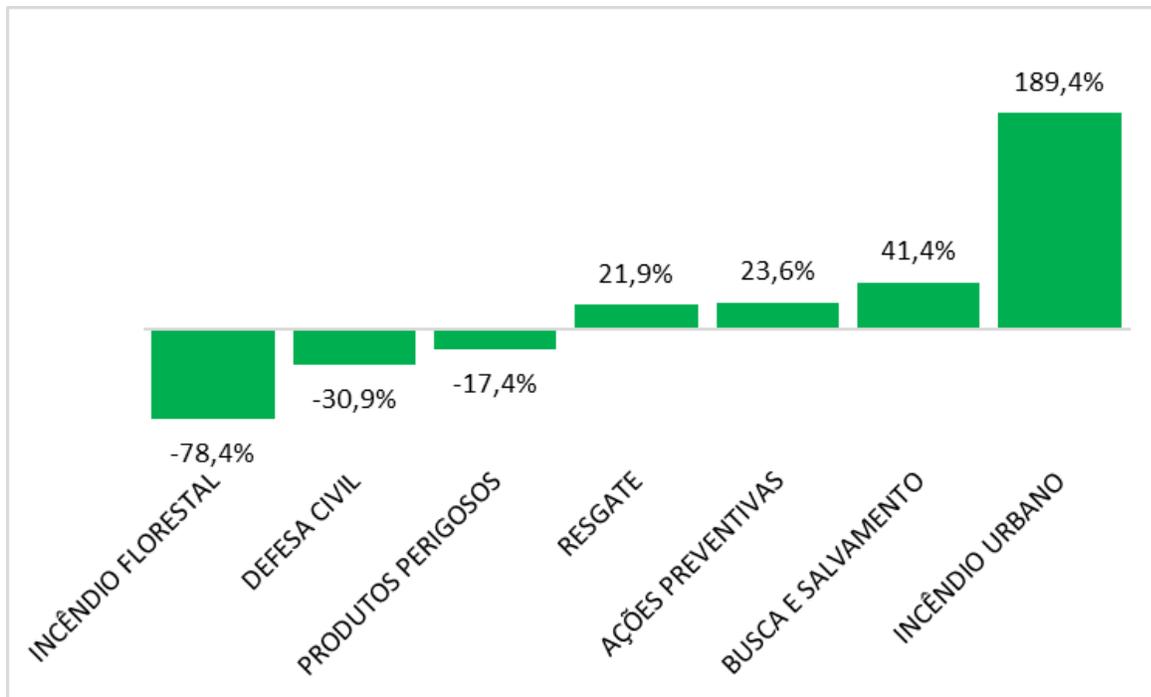
Fonte: Polícia Penal. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.4: Variação na Atividade (em números absolutos) da Polícia Técnico- Científica entre 2019 e 2023



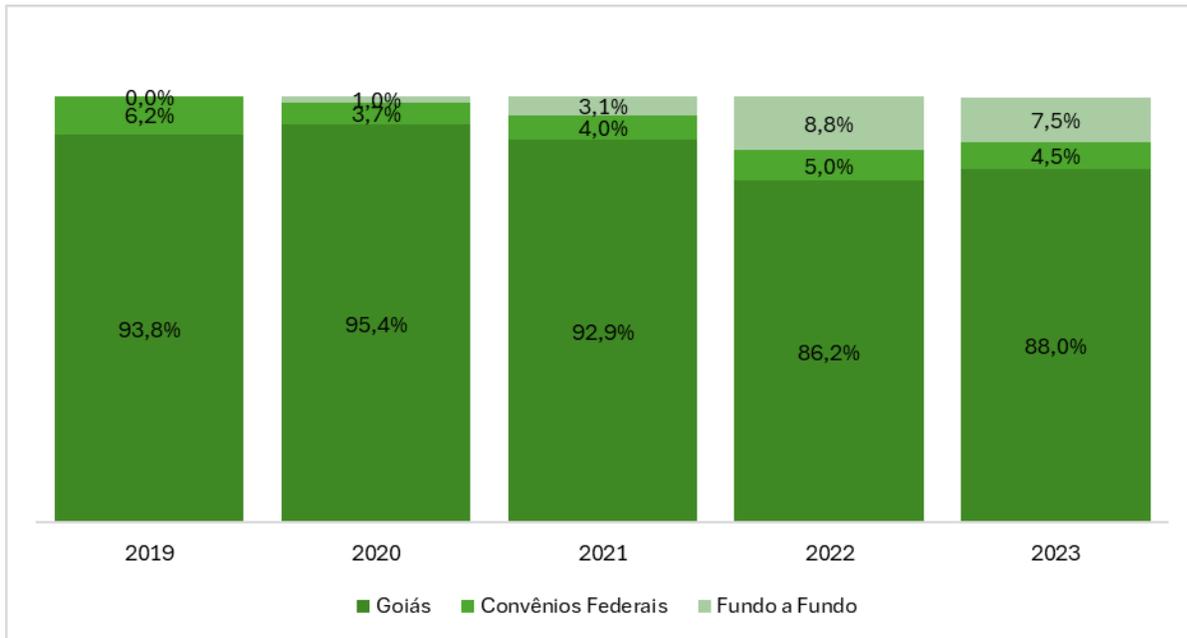
Fonte: SSP/SPTC. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.4: Variação na Atividade (em números absolutos) do CBO entre 2019 e 2023



Fonte: CBO. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.5: Composição da Despesa de Goiás com Segurança Pública



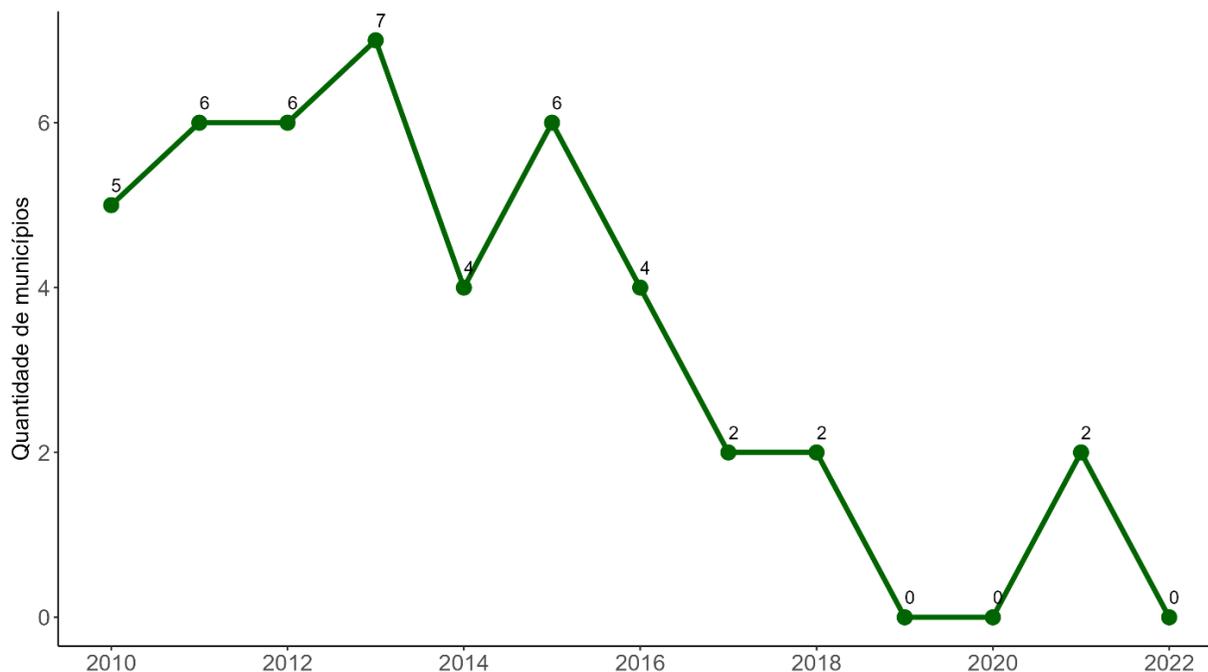
Fonte: SSP. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.6: Composição do recurso federal (FUNPEN) no Gasto Estadual com a Polícia Penal



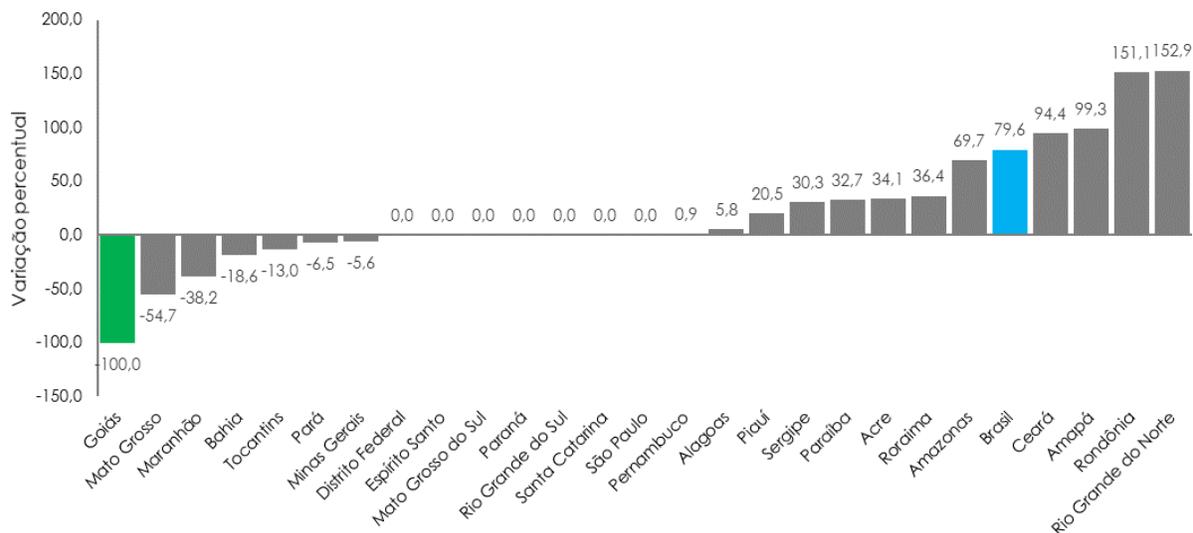
Fonte: Polícia Penal. Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.7: Quantidade de Municípios Goianos entre as 100 mais Violentas do Brasil por Ano



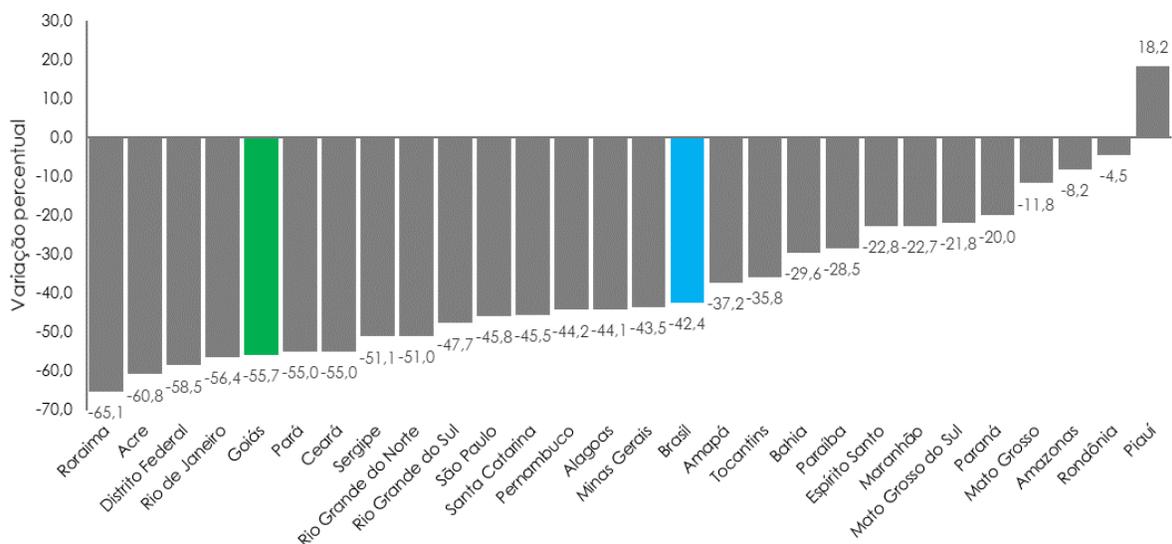
Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade/DataSus. Elaboração: IMB/SGG. Notas: Foram considerados municípios acima de 10 mil habitantes.

Figura A.8: Variação Percentual do Custo da Segurança Pública do Custo-Brasil por Estado entre 2018 e 2022



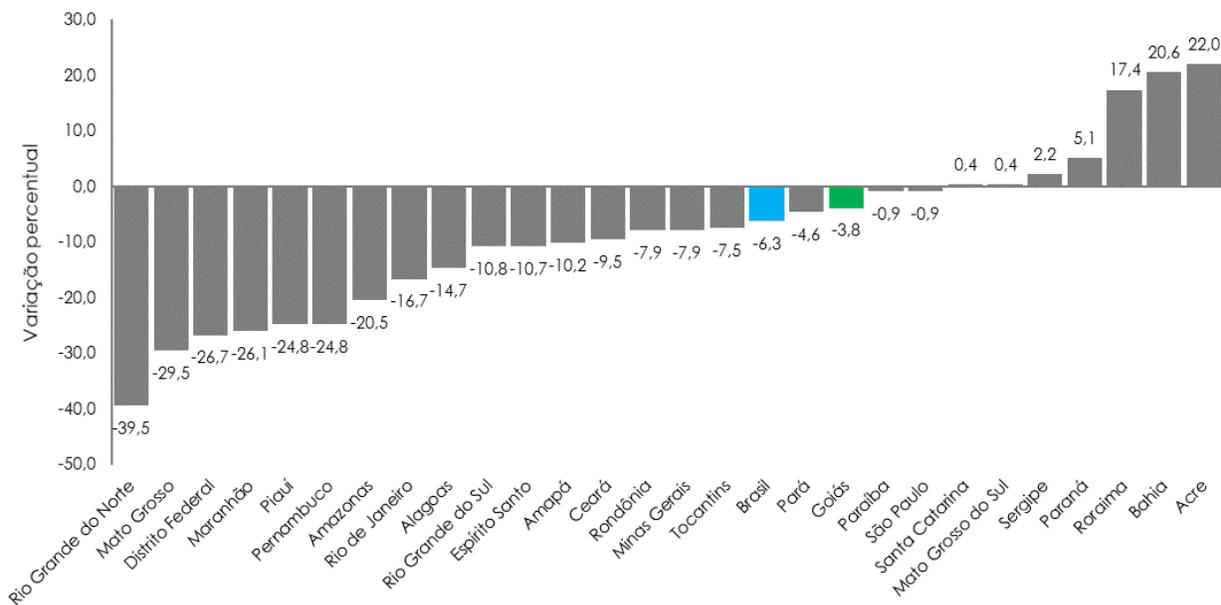
Fonte: IMB (2024). Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.9: Variação Percentual do Custo da Produtividade Perdida (Salários perdidos) do Custo-Brasil por Estado entre 2018 e 2022



Fonte: IMB (2024). Elaboração: IMB/SGG.

Figura A.10: Variação Percentual do Custo da Segurança Privada do Custo-Brasil por Estado entre 2018 e 2022



Fonte: IMB (2024). Elaboração: IMB/SGG. Nota: Rio de Janeiro não está no gráfico devido ao elevado aumento no período, onde registrou um crescimento de 1.022,6% do custo privado.

Tabela A.11: Distribuição das Ações do Corpo de Bombeiro de Goiás

Categoria	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Apoio Comunitário e Reintegração	-	-	-	-	1	-
Apoio em Desastres	1	-	-	-	-	-
Atuação em Desastres	-	-	-	1	-	-
Ações Comunitárias e Assistenciais	-	-	1	1	-	-
Desenvolvimento e Criação de Unidades e Serviços	3	-	-	-	-	2
Gestão de Crises	-	-	-	-	-	1
Mudanças Administrativas e Legislativas	-	-	1	6	-	-
Operações e Projetos Estratégicos	-	-	-	-	11	-
Reestruturação e Desenvolvimento de Infraestrutura	-	-	7	-	-	-
Resposta a Desastres	-	-	-	-	-	2
Resposta à Pandemia de Covid-19	-	9	-	-	-	-

Fonte: CBO. Elaboração: IMB/SGG.

Tabela A.12: Distribuição das Ações da Polícia Civil de Goiás

Categoria	2019	2020	2021	2022	2023	2024
20ª DRP	-	-	-	-	1	-
Central Geral de Flagrantes de Aparecida de Goiânia, da 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Aparecida de Goiânia	-	1	-	-	-	-
Central Geral de Flagrantes e Pronto Atendimento ao Cidadão de Catalão, da 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil – Catalão	-	-	-	1	-	-
Central Geral de Flagrantes e Pronto Atendimento ao Cidadão de Rio Verde, da 8ª Delegacia Regional de Polícia Civil - Rio Verde	-	-	1	-	-	-
Central de Flagrantes e Pronto Atendimento ao Cidadão de Itaberaí, da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Goiás	-	1	-	-	-	-
DEACRI	-	-	-	-	-	1
DEAEM	-	-	-	-	1	-

DECCOR (Delegacia Estadual de Combate à Corrupção)	-	1	-	-	-	-
Estrutura interna da Superintendência de Identificação Humana	-	-	-	-	1	-
GEAI (Grupo Especial de Apoio Institucional)	-	-	-	1	-	-
GEIC da 1ªDRP	-	-	-	-	-	1
GPA (Grupo de Proteção Animal)	-	-	1	-	-	-
Gerência de Análise Criminal	-	-	-	-	1	-
Gerência de Apoio às Delegacias Regionais e do Entorno	-	-	-	-	1	-
Gerência de Ações Estratégicas na Secretaria de Estado da Saúde	-	-	-	-	1	-
Grupo Especial de Repressão a Narcóticos/GENARC de Mineiros/14ªDRP	1	-	-	-	-	-
Grupo de Investigação de Homicídios/GIH da 4ª DRP de Goiás	-	1	-	-	-	-
Grupo de Investigação de Homicídios/GIH de Itumbiara/6ªDRP	-	1	-	-	-	-

Fonte: Polícia Civil. Elaboração: IMB/SGG.

Tabela A.13: Distribuição das Ações da Polícia Penal de Goiás

Categoria	2019	2020	2021	2022	2023
20ª Delegacia Regional de Polícia	-	1	-	-	-
Apreensão de aparelhos celulares: 708	1	-	-	-	-
Apreensão de armas brancas: 190	-	1	-	-	-
Apreensão de drones	-	-	-	-	1
Apreensão de objetos: 5.400	1	-	-	-	-
Apreensões de armas de fogo: 10	-	1	-	-	-
Central Geral de Flagrantes de Catalão	-	1	-	-	-
Criação da Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher	-	1	-	-	-
Criação da Polícia Penal na Constituição Estadual	-	-	-	1	-
Criação da Seção de Acompanhamento e Controle Operacional	-	-	-	1	-
Criação do Grupo de Guaritas e Muralhas	-	1	-	-	-
Estrutura da Superintendência de Identificação Humana	-	1	-	-	-

Eventos de fugas	-	-	-	-	1
Gerência de Análise Criminal	-	-	1	-	-
Gerência de Apoio às Delegacias Regionais e do Entorno	-	1	-	-	-
Gerência de Ações Estratégicas na Secretaria de Saúde	-	-	1	-	-
Grupo Especial de Apoio Institucional	-	1	-	-	-
Inauguração da Chamada Única na Seacop	-	-	-	-	1
Inauguração da Penitenciária Especial de Planaltina	1	-	-	-	-
Inauguração da unidade prisional em Águas Lindas	-	1	-	-	-
Início do 1º Curso de Intervenção Tática	1	-	-	-	-
Motins	-	-	-	-	1
Mudança de nome para GTAE	1	-	-	-	-
Primeiro Planejamento Estratégico da Polícia Penal	-	-	-	-	1
Publicação da Lei nº 20.421	1	-	-	-	-
Publicação do Decreto nº 9.517	1	-	-	-	-
Publicação do Edital de Concurso para 500 vagas	1	-	-	-	-
Realização do 1º Curso Tático de Ações e Escolta	1	-	-	-	-
Total de aparelhos celulares apreendidos: 4.330	1	-	-	-	-

Fonte: Polícia Penal. Elaboração: IMB/SGG.

